

Balanço da História da Educação na França na Época Contemporânea

*Christophe Charle**

Resumo

O artigo apresenta um balanço das pesquisas em história da educação na França na época contemporânea, especialmente quanto aos três níveis de ensino – primário, secundário, superior. Para o ensino primário, três perspectivas principais de análise se sucedem ou são estudadas paralelamente – os professores, a escolarização e a cultura escolar. O ensino secundário, apesar de seu papel na formação das elites e da burguesia no século XIX e durante grande parte do século XX, tem suscitado menos estudos inovadores e de discussão que o ensino primário. Quanto ao ensino superior, o artigo mostra que o setor é o mais recentemente estudado na perspectiva moderna da história da educação.

Palavras-chave: Educação na França; Cultura Escolar; História da Educação

Resumé:

L'article présente un bilan des recherches en histoire de l'éducation en France à l'époque contemporaine, spécialement dans les trois ordres d'enseignement - primaire, secondaire, supérieur. Pour l'enseignement primaire, trois angles d'attaque principaux se sont succédés ou ont été étudiés parallèlement - les instituteurs, la scolarisation et la culture scolaire. Par contraste, malgré son rôle dans la formation des élites et de la bourgeoisie au XIX^e siècle et pendant la plus grande partie du XX^e siècle, l'enseignement secondaire a suscité beaucoup moins de travaux novateurs et de controverses que l'enseignement primaire. Par rapport à l'enseignement supérieur, l'article montre que le secteur est le plus récemment développé dans la perspective moderne de l'histoire de l'éducation.

Mots-cles: l'éducation em france; culture scolaire; l'histoire de l'education

* (Professor na Universidade de Paris – I – Panthéon – Sorbonne)

Apresentar um balanço das pesquisas em história da educação na época contemporânea implica ser, forçosamente, seletivo e incompleto, dada a amplitude da bibliografia a ser dominada. Seguirei, por comodidade, pois isso corresponde globalmente à delimitação dos trabalhos, a divisão entre os três graus de ensino: primário, secundário, superior. De acordo com um balanço publicado em 1985, o primeiro concentrava 20,3 % das referências; o segundo, 23,3% e o último, 36,4 %, o que salienta a divergência entre os centros de interesses dos pesquisadores relativamente ao peso demográfico rigorosamente inverso desses três graus na estrutura da instrução pública ou da educação nacional até a metade do século XX.¹ Sabe-se que, em história, muitos trabalhos contemporâneos estão fortemente ligados às datas comemorativas. A história da educação não escapa a esse defeito, visto que os últimos quinze anos foram cumulados de aniversários de datas importantes para a história da Escola: em 1981 - 82, foram os centenários das leis laicas e das escolas normais superiores de Fontenay e Saint-Cloud; em 1989, o cinquentenário do CNRS; em 1994, os bicentenários das fundações da Convenção (Escola politécnica, Escola normal superior, Conservatório nacional das Artes e Ofícios, etc.). Essa comemorações foram acompanhadas de colóquios, muitas vezes de qualidade, mas que mais repetiram ou sintetizaram resultados anteriores que suscitaram pesquisas específicas novas. Parece, portanto, que é preciso, antes, buscar a dinâmica das pesquisas referentes às disciplinas vizinhas, a sociologia, as ciências da educação, a psicologia, a etnologia, até mesmo a ciência política do que referentes à função memorial da história da educação. O gênero, tão apreciado antigamente, da monografia, que dominava a produção historiográfica antiga, perdeu muito de seu atrativo, com exceção de alguns trabalhos estrangeiros, ou só é praticado em função de questionários comparativos de conjunto, como se verá.

Poder-se-ia desenhar a curva das pesquisas nos três graus de ensino, com divergências inerentes à especificidade de cada tipo de estudo, em função da passagem do institucional ao social, de uma escala macrosocial e estatística de observação, a uma escala microssocial, até mesmo etnográfica. Estiveram em pé de igualdade uma mobilização decrescente das grandes séries ou das estatísticas oficiais, um recurso crescente ao capital local ou particular e uma *invenção* de novas fontes, através das entrevistas orais ou a coleta de fundos privados desconhecidos. Finalmente, essa mudança no difere fundamentalmente das que se constatam em todos os outros ramos da história social e cultural da historiografia contemporânea.

¹ Números dados por Martine Sonnet. *História da Educação*, n.º 26, maio 1985, p. 30

I O Ensino Primário

Para o ensino primário, três ângulos de abordagem principais sucederam-se ou foram estudados paralelamente: os professores primários, a escolarização e a cultura escolar.

Os mestres-escola

Os professores primários foram objeto, entre 1961 e 1964, de um trabalho pioneiro de Jacques Ozouf, retomado, a seguir, em uma investigação coletiva ou tornado mais preciso por trabalhos ulteriores segundo outros métodos. A idéia inicial de Jacques Ozouf era de constituir, como fonte documental, a memória do grupo dos mestres-escola da *Belle Époque*, dos quais um bom número ainda vivia no momento do projeto. Ele enviou, portanto, aos sobreviventes dessa faixa de idade, longos questionários em que lhes solicitava que evocassem sua trajetória, a vida escolar e sua visão de mundo, a fim de reconstituir, assim, uma sociologia desse grupo e estudar sua mentalidade e sua prática pedagógica. Essa investigação, baseada em 4000 questionários preenchidos,² constituía, no início, o material da tese de doutorado de Jacques Ozouf e conheceu dois avatares editoriais: uma publicação parcial de grandes extratos comentados em um livrinho da coleção *Arquivos*, tornado um clássico frequentemente reeditado, e uma obra coletiva, em colaboração com Mona Ozouf, Véronique Aubert e Claire Steindecker, que representa uma verdadeira análise estatística, provida de novos extratos interessantes. Entre essas duas publicações, uma socióloga, Francine Muel-Dreyfus, havia igualmente utilizado essa investigação, com a autorização do autor, como fundamentação à primeira parte de seu livro *O ofício de educador*³. O grande interesse desses três livros, de fontes em parte comuns, é de romper com a história piedosa baseada nos arquivos oficiais da história do ensino primário e de restituir o vivido das práticas e as tensões múltiplas às quais foram submetidos os educadores, mesmo durante sua pretensa idade de ouro: tensões com as populações locais, com a família de origem, com a administração, os vencedores das eleições locais ou departamentais, etc. A geração enfocada manifesta um certo desencantamento em relação à época de fundação, frente a uma República cujos erros aparecem à luz do dia e

² Esta fonte está depositada, desde 1994, no Museu nacional da educação de Mont-Saint-Aignan (Seine Martine)

³ Jacques Ozouf, *Nós, os mestres-escola. Autobiografias de professores primários da Belle Époque*, Paris, Gallinard, 1967, 272 p., n. ed., Gallinard, Folio, 1973; Jacques e Mona Ozouf et al. *A República dos professores primários*, Paris, Gallinard - Le Seuil, 1992, 392 p.; Francine Muel-Dreyfus, *O ofício de educador*, Paris, Minuit, 1985, 277 p.; sobre o período anterior à República: Fabienne Reboul-Scherrer, *A vida quotidiana dos primeiros professores primários, 1833 - 1882*, Paris, Hachette, 1989, 312 p.

que enfrenta as primeiras revoltas de seus funcionários, num estilo puramente bonapartista.

É igualmente o que confirma em detalhe a tese de ciência política de Anne Loïs, que vai até o período *entre-duas-guerras* e analisa, pela primeira vez, processos pessoais dos arquivos departamentais teoricamente ainda não comunicáveis na data do trabalho.⁴ Essa pesquisa se inscreve na tendência da ciência política que analisa a transformação do Estado e a evolução da situação de seus agentes na Terceira República. Ela mostra quanto o espaço de liberdade desses cidadãos-modelo, que eram os professores primários, era ainda raramente avaliado até os anos 1930, apesar de, ou antes, por causa da sindicalização e da politização crescente aos professores primários.⁵

Esses trabalhos prosopográficos esclarecem também as mutações sociais do grupo dos professores primários e são uma contribuição aos estudos de mobilidade social além dos mitos à Peguy sobre os *hussardos negros*. Depende da mesma problemática a investigação da biografia coletiva sobre os ex-alunos da Escola normal superior de Saint-Cloud, publicada por Jean-Noël Luc, por ocasião do centenário dessa escola, fundada, a princípio, para criar uma elite a partir do *viveiro* das escolas normais de professores primários.⁶ Jean-Noël Luc, com Jacques Ozouf, complementou bastante as fontes oficiais com questionários enviados a todos os ex-alunos sobreviventes. Sua análise permite ir além das variáveis clássicas dos estudos sociológicos. Ela coloca em evidência, antes do nivelamento da escola normal superior de Saint-Cloud, na rua d'Ulm, a contribuição importante dessa escola para o nascimento de uma sucessão longa de mobilidade ascendente através do ensino no qual o ofício de professor primário, por si só, era apenas uma marcha inicial.⁷

A oferta e a demanda escolar

Nessa sucessão, entre a escola primária e a Escola normal de professores ou de professoras primárias, inseria-se um nível intermediário: o das escolas primárias superiores, que recentemente foram objeto de uma análise sociológica devida a Jean-Pierre Briand e Jean-Michel Chapoulie. O mérito do livro é de combinar uma visão de conjunto a partir das estatísticas

⁴ Anne Loïs, *Os professores primários da República, a lealdade contra a cidadania 1880-1930*, tese de ciência política Paris I, 1996, sob a direção de P. Birnbaum, 546 páginas.

⁵ Sobre esse ponto, cf. os trabalhos de Jacques Girault, *Professores. Uma cultura sindical na sociedade francesa* (fim do século XIX-XX), Paris, Publicações da Sorbonne, 1996, 352 p.

⁶ Jean-Noël Luc, Alain Barbé, *Normalistas. História da Escola normal superior de Saint-Cloud*, Paris, Editora da FNSP, 1982, 325 p.

⁷ O testemunho de Pierre Goubert, ex-aluno de Saint-Cloud dos anos 30, conforme essa análise (*Um itinerário de historiador, lembranças, 1915-1995*), Paris, Fayard, 1996, 349 p.

e dos Arquivos nacionais e das análises departamentais, até mesmo locais, a partir de amostras de escolas cujos arquivos foram conservados. Segundo os autores, é a oferta escolar que cria a demanda para esse tipo de estudos, que não dependem mais diretamente da obrigação escolar, mas de um esforço específico das famílias para dotar seus filhos de um capital escolar suplementar como continuidade ao ensino primário.

O livro presta contas, assim, das razões pelas quais certos departamentos desenvolvem mais essas gradações que sucessões alternativas do tipo secundário, e quais são os efeitos sociais sobre o destino dos alunos dessa cultura intermediária em uma sociedade em vias de urbanização e de crescimento do setor terciário.⁸

Os trabalhos que versavam sobre a escolarização e a alfabetização, e que tiveram seu momento de glória nos anos 1970, partiam do ponto de vista inverso. Para eles, era a demanda de educação que havia precedido a oferta escolar.⁹ Esses trabalhos recorreram a métodos deliberadamente quantitativos e baseados em fontes seriais. O pioneiro nesses assuntos havia sido Emmanuel Le Roy Ladurie com sua análise das fontes militares, as únicas que permitem estabelecer o nível de instrução dos jovens na primeira metade do século XIX.¹⁰ A cartografia estatística sobre a qual se desenvolvia esse trabalho, colocava claramente em evidência, na classe dos observadores sociais do século XIX, a correlação entre pobreza rural e baixo nível de instrução e a necessidade prévia, portanto, de uma decolagem econômica, para que as comunidades rurais consentissem em fazer o esforço financeiro de criação de instituições escolares.

Essa problemática foi retomada, numa forma dinâmica, na investigação sobre alfabetização de François Furet e Jacques Ozouf, iniciada em 1972 e publicada em 1974.¹¹ Baseada em novo tratamento da investigação do século XIX do reitor Maggiolo, o trabalho combina uma abordagem nacional (volume 1) e uma abordagem departamental (volume 2) e tenta medir os fatores de êxito ou de fracasso da política escolar. Para os autores, *a alfabetização não é a escola* (tomo 1, pág. 349) e a cronologia da alfabetização e a da política escolar estão, em parte, desatreladas. Existe uma autonomia relativa das comunidades rurais que fundam as escolas sem levar, forçosamente, em conta as injunções do poder central. Os autores

⁸ Jean-Pierre Briand e Jean-Michel Chapoulie, *Os Colégios do povo, história do ensino primário superior e do desenvolvimento da escolarização prolongada sob a Terceira República*, Paris, INRP, CNRS, ENS de Fontenay - Saint-Cloud, 1992, VIII- 545 p.

⁹ J Willem Frijhoff (dir.) *A Oferta escolar. Elementos para um estudo das políticas educacionais no século XIX*, Paris, Publicações da Sorbonne, 1983, 375 p.

¹⁰ Jean-Paul Aron, Paul Dumont, Emmanuel Le Roy Ladurie, *Antropologia do conscrito francês*, Paris, La Haye, Mouton, 1972, 263 p.

¹¹ François Furet e Jacques Ozouf, (dir.), *Ler e escrever, a alfabetização dos franceses de Calvin a Jules Ferry*, Paris, Ed. de Minuit, 1977, 2 vol.

procuram, também, relativizar a obra da Terceira República, que só teria concluído um movimento anterior. A República teria, principalmente, apagado as desigualdades geográficas e a, muito nítida, entre as taxas de escolarização femininas e masculinas. Em sua perspectiva, a escola da Terceira República torna-se, assim, antes de tudo, um instrumento de homogeneização ideológica e cultural, o lugar de emergência de uma cultura específica, a cultura primária, e o ponto central de elaboração da identidade nacional.

A pesquisa do tipo quantitativo foi retomada alguns anos mais tarde por autores anglo-saxões. Algumas de suas ingenuidades históricas ou aproximações suscitaram uma polêmica com os melhores especialistas franceses.

Enquanto estes últimos forneceram aos pesquisadores compilações críticas das estatísticas escolares oficiais, R. Grew e Patrick Harrigan não hesitaram em estabelecer correlações sistemáticas incluindo o nível departamental, a partir de taxas e de indicadores de confiabilidade variável nesse nível de agregação, em falta de uma crítica séria de certos dados numéricos.¹² A principal conclusão surgida no final do debate foi, entretanto, a da fecundidade de trabalhos monográficos de base local, como os iniciados por J.-P. Briand e J.-M. Chapoulié e cujo melhor exemplo é um livro de Jean Peneff sobre as escolas do Oeste.¹³

Esse sociólogo-historiador tem a intenção de descrever o nascimento, o funcionamento, as relações entre escolas primárias públicas e particulares de três comunas típicas do Oeste e, a partir desses exemplos, ampliar a análise para tratar do papel do ensino primário elementar e do conjunto de relações público-particular (p.5). O autor, portanto, realizou três monografias locais em Saint-Nicolas-du-Tertre (Morbihan), Soulans

¹² Raymond Grew, Patrick Harrigan, *Escola, Estado e Sociedade. O Crescimento da Escolaridade Elementar na França no Século XIX. Uma Análise Quantitativa*. Ann Arbor, Editora da Universidade de Michigan, 1991, 324 p. (cf. também a nota crítica extremamente precisa e detalhada de A. Prost, *Para uma história por baixo da escolarização republicana, História da Educação*, n.º 57, janeiro de 1993, pág. 59-74 que resume a polêmica e mostra os vieses do raciocínio dos autores). Um extrato havia sido publicado em francês nos *Annales* sete anos antes (R. Grew, P.J. Harrigan, J.B. Whitney, *A escolarização na França 1829-1906*, n.º 1, janeiro de 1984, p. 116-157); as conclusões do artigo foram criticadas por J.N. Luc (*A ilusão estatística*, *Annales - ESC*, n.º 4, julho-agosto 1986, p. 887-911). Os autores responderam em *A ofuscação pedantesca*. Observações sobre as preocupações de J.N. Luc, *ibid.* pág. 913-922. Para essas publicações de fontes estatísticas colocadas em perspectiva, ver Jean-Noël Luc, *A estatística do ensino primário, nos séculos 19 e 20, política e modo de emprego*, Paris, INCP, *Economica*, 1925, 242 p.; J.-P. Briand, J.-M. Chapoulié, F. Huguet, J.-N. Luc, A. Prost, *O ensino primário e suas extensões, séculos 19 e 20, Anuário estatístico*, Paris, INRP - *Economica*, 1987, 277 p.; J.-N. Luc, *A pequena infância na escola, séculos XIX e XX. Textos oficiais relativos aos abrigos infantis, às escolas maternais, às classes e seções infantis (1829-1981)*, Paris, *Economica* - INRP, 1952, 390 p.

¹³ Jean Peneff, *Escolas públicas, Escolas particulares no Oeste, 1880-1950*, Paris, L' Harmattan, 1987, 262 p. Para uma outra defesa em favor de uma história aprofundada da escolarização, cf. Jacques Gravoille, *Os tipos de escolaridade: discurso em defesa da síntese em história da educação*, *Annales (ESC)* n.º 4, julho-agosto de 1986, pág. 923-945.

(Vendée), Vallet (Loire-Atlantique). Comme Briand e Chapoulie, ele parte da hipótese da determinação da demanda escolar pela oferta de vagas, mas acrescenta a importância do papel da concorrência e das iniciativas locais para explicar a organização e o funcionamento do sistema de ensino.

Ele contradiz igualmente a tese defendida por Furet e Ozouf sobre o fim dos problemas após 1880. No Oeste, o estudo local mostra, ao contrário, um processo ainda inacabado e diversificado segundo os iniciadores das escolas oficiais. O autor reata com o gênero desacreditado da monografia, iniciado pela obra antiga, mas sempre reeditada, de Roger Thabault.¹⁴ A cronologia local difere dos dados nacionais, já que o movimento de inscrições é particularmente assinalado no Oeste a partir de 1890-1900. Contudo, nada é totalmente alcançado e os pais conservam um comportamento muito livre em relação às obrigações escolares até os anos 1930. Os registros de matrícula, fonte principal do livro, permitem colocar em relação as atitudes perante a escola e segundo os meios sociais específicos. É preciso levar em conta, também, a capacidade de adaptação e de inovação dos mestres em relação à norma oficial. O Oeste conserva uma grande originalidade em relação ao resto do país: longe de diminuir, as escolas católicas tornaram-se majoritárias no período *entre-duas-guerras* (1923 no Loire inferior, 1926 em Vendée; no Morbihan, elas são sempre majoritárias, exceto em 1906-1907), de onde uma concorrência escolar permanente, quando ela se abranda na França. Contra a tese meritocrática ligada à ideologia dominante do regime, Jean Peneff explica que *se, em certos momentos, a escola pública favoreceu a mobilidade social e permitiu uma ascensão social, em outros momentos, ela foi impotente para frear o declínio social de seus usuários e ela tem uma influência muito fraca sobre o mercado de trabalho ou perante a tal crise econômica. Não há mais resposta unívoca à questão de saber quais foram as categorias sociais mais assíduas à escola, as que dela fizeram uso mais intensivo.*¹⁵ Contra Furet e Ozouf igualmente, ele insiste na ruptura das ambições das novas escolas em relação à escolarização primitiva de antes de 1880, pois só assiduidade e continuidade no esforço pedagógico permitem ir além de uma cultura rudimentar. Essa temática da nova cultura escolar sustentou a grande moda do estudo dos manuais escolares.

¹⁴ *Minha vila: seus homens, suas estradas, sua escola, 1848-1914, a ascensão de um povo*, Paris, Delagrave, 1944, reed. Editores da FNSP, 1982, n.º ed. *Referências*, 250 p. Para uma abordagem num nível departamental intermediário, ver o livro clássico de Jacques Gavaille, *A escola pública no departamento de Doubs (1870-1914)*, Paris, As belas letras, 1981, 425 p.

¹⁵ J. Peneff, op. cit., p. 23

Os manuais escolares

Essa terceira abordagem do ensino primário inspirou-se, a princípio, nos pressupostos teóricos ligados à falta de recursos dos anos 60-70. Muitos trabalhos de historiadores aprendizes aplicavam, com efeito, mecanicamente, as teses iconoclastas de Michel Foucault sobre a função disciplinar das novas tecnologias do Estado, das quais fazia parte, a seu ver, a escola. Os trabalhos mais recentes aperfeiçoaram-se em seriedade metodológica, recusando o *a priori* precedente da eficácia, a cada instante, dos manuais para modelar os espíritos de seus leitores supostamente de classes populares.

Foi, sem dúvida, um dos temas mais investigados da história da educação, como o demonstrou Alain Choppin em um balanço historiográfico recente.¹⁶ Até 1993, ele não arrolou menos de 125 obras, 63 teses e 197 artigos sobre esse tema. A decolagem se produz nos anos 1970 e a explosão, nos anos 1980, sustentada pelas controvérsias da época sobre o conteúdo dos manuais recentes de história e geografia. O questionamento passou das relações Estado/sociedade à exploração do sistema dos valores transmitidos para chegar ao estudo da pedagogia das diversas disciplinas e a análise iconográfica. O último tema, o mais difícil, que está na ordem do dia agora, é o do impacto real do manual e a necessidade de um confronto com a investigação sociológica, o que nos reconduz, aos métodos praticados anteriormente sobre a população dos professores primários, mas numa escala completamente diferente.¹⁷

Apesar da abundância dos trabalhos e da diversificação das abordagens, o campo de estudo primário não está completamente esgotado, pois que, além da multiplicidade dos estudos *por baixo*, resta esclarecer as

¹⁶ *Manuais escolares, Estados e sociedades nos séculos XIX e XX*, sob a direção de Alain Choppin, *História da educação*, n.º 58, maio de 1993, 229 p. Esse autor coordena uma investigação no Serviço de história da educação do INRP (base *Emmanuelle*). Ela deu origem a publicações muito importantes: Alain Choppin, *Os manuais escolares: história e atualidade*, Paris, Hachette, 1992, 223-XVI p.; sob a direção do mesmo: *Os manuais escolares na França de 1789 a nossos dias* (coleção *Emmanuelle*): 1. Os manuais de grego, Paris, INRP - Publicações da Sorbonne, 1987, 212 p.; 2. Os manuais de italiano, Paris, INRP - Publicações da Sorbonne, 1987, 136 p.; 3. Os manuais de latim, Paris, INRP - Publicações da Sorbonne, 1988 528 p.; 4. Textos oficiais (1791-1992), Paris, INRP - Publicações da Sorbonne, 1993, 598 p. 5. Os manuais de alemão, Paris, INRP - Publicações da Sorbonne. 1993, 419 p.; 6. Os manuais de espanhol, Paris, INRP - Publicações da Sorbonne, 1995, 215 p.; 7. Balanço dos estudos e pesquisas, Paris, INRP, 1995, 164 p. Para uma análise crítica de certas tentativas: Pierre Caspard, *Do horrível perigo de uma análise superficial dos manuais escolares*, *História da educação*, n.º 21, janeiro de 1984, págs. 67-74; dois exemplos de análise: Dominique Maingueneau, *Os livros escolares da República 1870-1914 (discurso e ideologia)*, Paris, Le Sycomore, 1979, XV-344.; Anne-Marie Chartier, Jean Hébrard (dir.) *Discurso sobre a leitura*, Paris, B.P.I., 1989, 526 p.

¹⁷ Para uma visão sutil dos efeitos da cultura escolar e de sua relação com o meio ambiente, ver as obras de Jean-François Chanet, *A escola republicana e as pequenas pátrias*, Paris, Aubier, 1996, 432 p. E de Anne-Marie Thiesse, *Eles aprendiam a França. A exaltação das regiões no discurso patriótico*, Paris, Ed. da MSH, 1997, V-133 p.

margens do sistema, tudo o que precede a escola, seja sob forma de educação particular, seja junto a estruturas de iniciativas privadas mas, pouco, retomadas pelas coletividades locais e o Estado.

A fecundidade dessa abordagem abrangente, que não se encerra nos quadros institucionais, é perfeitamente ilustrada pela tese de doutorado de Jean-Noël Luc, publicada sob uma forma mais leve, mas que não altera as contribuições consideráveis sobre o processo de nascimento das escolas maternas: *A invenção da criança no século XIX. Do abrigo de crianças à escola maternal*.¹⁸ Contra uma visão funcionalista, que relaciona demasiado depressa abrigos ou escolas maternas e trabalho das mães, ele restabelece a complexidade das estratégias dos diversos atores e, notadamente, o projeto educativo cada vez mais ambicioso em direção às crianças. Esse projeto de instrução precoce explica o interesse crescente do Estado por esse tipo de escola, que acaba por ser *nacionalizada* como a escola primária.

II O Ensino Secundário

Por contraste, apesar de seu papel na formação das elites e da burguesia no século XIX e durante a maior parte do século XX, o ensino secundário suscitou muito menos trabalhos inovadores e controvérsias que o ensino primário. As problemáticas dos trabalhos são decalcadas, muitas vezes, nas abordagens do ensino primário (estudo estatístico dos alunos, sociologia retrospectiva dos docentes), ou nas do ensino superior (estudo dos cursos universitários, dos diplomas, da diferenciação das disciplinas, monografias). Investimento político tardio (as paixões se desencadeiam, principalmente no período *entre-duas-guerras*, com o debate sobre a escola única, depois com os problemas da *democratização* nos anos 50-60), esse nível de ensino perpassava também uma imagem burguesa e passadista, definitivamente incorporada com a celebre expressão de Lucien Fedvre *O império do meio*, símbolo do conservadorismo e da tradição. O primário, ensino do povo e da República e risco de conflito com a Igreja, e o superior, berço da inovação e das vanguardas, atraíam, portanto, mais espontaneamente, os raros historiadores da educação vocacionados dos anos 60-70.

Professores

Muitas vezes, ex-professores de liceu, os historiadores da educação começaram naturalmente por um estudo social de seus predecessores. É a

¹⁸ Paris, Belin, 1997, 512 p. O título inicial era: *O "descobrimento" da criança pela sociedade francesa do século XIX e sua escolarização nos abrigos infantis*, tese de doutorado, Universidade de Paris -I, 1994, sob a direção de Antoine Prost.

orientação dos trabalhos de Paul Gerbod (para os professores homens) e de Françoise Mayeur para seu equivalente feminino.¹⁹

Ao final dessas primeiras investigações, o universo dos liceus de rapazes e de moças pareceu menos tranqüilo do que se imaginava entre as múltiplas hierarquizações de corpo, de disciplinas, de lugares e de tipos de estabelecimento, origem de muitos conflitos e de frustrações mais ou menos ocultas, e as pressões externas de ordem política, religiosa ou parental que se exerciam sobre esse pequeno grupo. Paul Gerbod estudou o período da Universidade sofredora, oprimida ao mesmo tempo pelas forças da ordem estabelecida e do clericalismo, pois que ele se detém no começo dos anos 1880. Françoise Mayer, ao contrário, fez a história da única grande inovação do século XIX, a do ensino para moças, desejada pela República para fazer recuar o clericalismo e a influência da Igreja sobre o espírito das mães das futuras elites. Um e outro, como Victor Karady, mostram, portanto, a importância da concorrência entre setor do Estado e setor católico como origem das transformações do ensino secundário no século XIX.²⁰ É também o que resulta do estudo dos debates pedagógicos ou das controvérsias sobre a modernização do ensino secundário.

Debates pedagógicos

Os primeiros debates pedagógicos estudados são os que dizem respeito ao equilíbrio entre letras e ciências (problema da bifurcação).²¹ Mais recentemente, Michel Espagne, Françoise Lagier e Michael Werner fizeram a história da difícil introdução do ensino das línguas vivas em um ensino dominado pelas línguas mortas.²² Esse domínio reflete-se nas novas formas de ensino e foi reforçado pelo recurso massivo a docentes de

¹⁹ Paul Gerbod, *A condição universitária na França no século XIX*, Brive, Editora Chastresse, 1965, 722 p.; Françoise Mayer, *O ensino secundário de moças sob a Terceira República*, Paris, Editora da FNSP, 1977, 453 p.; do mesmo autor, *A educação das moças no século XIX*, Paris, Hachette, 1979, 208 p.; Karen Offen, *O segundo sexo e o bacharelato na França republicana*, *Estudos Históricos Franceses*, 13 (2), 1983, pág. 252-286; Jo Burr Margadant, *Senhora professora: educadoras mulheres na Terceira República*, Princeton, Princeton U. P., 1990, XIV – 358 p.

²⁰ Victor Karady, *Os professores da República. O mercado escolar, as reformas universitárias e as transformações da função professoral no fim do século XIX*, *Atas da Pesquisa em ciências sociais*, 47-48, 1983, pág. 90-112. Ver também o número especial: *O ensino católico na França nos séculos XIX e XX*, *Revista de história da Igreja da França*, 1995, tomo 81, 294 p. (essas atas de encontros, editadas por Gérard Cholvy e Nadine-Josette Chaline, relacionam-se aos três graus de ensino).

²¹ Nicole Hulin-Jung, *A organização do ensino das ciências. A via aberta pelo Segundo Império*, Paris, Ed. do CTHS, 1989, 336 p.; Bruno Belhoste, *Os caracteres gerais do ensino secundário científico do fim do Antigo Regime à primeira guerra mundial*, *História da educação*, n.º 41, janeiro de 1989, pág. 3-46; Bruno Belhoste, *As ciências no ensino secundário francês. Textos oficiais*, tomo I, 1789-1914, Paris, INRP, *Economica*, 1995, 771 p.; Bruno Belhoste, Hélène Gispert, Nicole Hulin (dir.), *As ciências no liceu: um século de reformas da matemática e da física na França e no estrangeiro*, Paris, Vuibert, INRP, 1996, VI-330 p.

²² Michel Espagne, Françoise Lagier e Michael Werner, *Filológicos II. O mestre de línguas. Os primeiros professores de alemão na França (1830-1850)*, Paris, Ed. da Casa das ciências do homem, 1991, 240 p.

competência menor e, muitas vezes, de origem estrangeira, o que pesou, durante muito tempo, na incapacidade dos franceses nessas matérias.

O grande debate parlamentar sobre a reforma do ensino secundário de 1899, que levou à reforma de 1902, confirma o caráter durável das divisões entre antigos e modernos, entre partidários das letras e partidários das ciências, entre elitistas e defensores de uma democratização de ensino intermediário.²³ Entretanto, o que bloqueia, em profundidade, os esforços dos que queriam fazer recuar a força das humanidades clássicas, é o medo da evasão dos melhores alunos para os colégios católicos, que enfatizam ainda mais essas disciplinas. Para sair de uma visão demasiado oficial, institucional ou ideológica do ensino secundário, as pesquisas recentes insistem sobre as práticas pedagógicas, os trabalhos dos alunos, os processos de certificação e de avaliação dos mestres e dos colegiais.²⁴

Alunos e estabelecimentos

Como para o ensino primário, mas com menos amplitude, os historiadores da educação tentaram analisar as transformações morfológicas e a sociologia diferencial dos estabelecimentos escolares. Os historiadores, foram, por muito tempo, travados pela prática exclusiva da monografia²⁵, que tem muito pouco valor probatório no plano de uma sociologia geral, e principalmente pelo preconceito *a priori* segundo o qual o ensino secundário pagante e elitista, era uniformemente burguês no recrutamento. O tratamento da investigação de Victor Duruy, por Patrick Harrigan, a monografia comparativa sobre o liceu de Rouen e o curso Join-Lambert presente na tese de J.-P. Chaline sobre Rouen e os estudos sobre colégios e liceus no Oeste e no Norte, pelo historiador britânico R. Gildea, mostram que a heterogeneidade do recrutamento é muito maior do que se pensava²⁶.

²³ Ao artigo antigo, mas sempre interessante de V. Isambert-Jamati, *Uma reforma dos liceus e colégios, ensaio de uma análise sociológica, O ano sociológico*, vol. 20, 1969, pág. 9-60, é preciso acrescentar agora o livro de Fritz K. Ringer, que retoma a análise, numa perspectiva comparativa dos riscos sociais e intelectuais do debate do começo do século (*Campos do saber, : a cultura acadêmica francesa numa perspectiva comparativa 1890-1920*, Cambridge, Paris, Cambridge U.P., Ed. da Casa de ciências do homem, 1992, XVI - 379 p.)

²⁴ Pierre Albertini, *O Cursus studiorum dos professores de letras no século XIX*, História da educação, janeiro de 1990, pág. 43-69; André Chervel, História do concurso para o magistério, contribuição para a história da cultura escolar, Paris, INRP- Kimé, 1993, 295 p.

²⁵ Yves Gaulupeau, *História da Educação*, n.º 22, maio de 1984, pág. 59-67: nota crítica sobre monografias ainda não totalmente liberadas do viés comemorativo: Maurice Gontard (dir.), *História dos liceus de Marselha, Aix-en-Provence*, Edisud, 1982, 323 p.; Georges Hacquard, *História de uma instituição francesa, a Escola alsaciana, nascimento de uma escola livre 1871-1991*, Paris, Garnier, 1982, 356 p. Dois outros tomos apareceram posteriormente: tomo 2: *A escola da lenda*, Paris Jean-Jacques Pauvert nas edições Suger, 1987, 528 p.; tomo 3: *A Tradição à prova, 1922-1953*, Paris, Associação dos ex-alunos da Escola alsaciana, 1996, 352 p.

²⁶ Robert Gildea, *Educação na França provinciana, 1800-1914*, Oxford, Ed. Clarendon, 1983, 408 p.; Patrick Harrigan e Victor Neglia, *Liceanos e colegiais sob o Segundo Império*, estudo estatístico das funções sociais do ensino secundário público segundo a investigação de Victor Duruy (1864-65), Paris, Lille, Ed. da

Existe uma sutil hierarquização das clientelas em diversos tipos de burguesia e de classe média, segundo as características regionais, os estatutos de estabelecimento, a orientação específica das burguesias locais. Essa diversidade, que marcava o fim do Segundo Império, tendeu, entretanto, a desaparecer com o longo patamar de crescimento dos anos 1880 aos anos 1900. As novas camadas que aspiravam aos estudos foram orientadas para o ensino primário superior (ver mais acima), cuja implantação descentralizada e o custo nitidamente menores eram mais bem adaptadas às classes médias preocupadas com uma formação intermediária, do que um ensino secundário cada vez, mais conservador.

A política das bolsas, mais conservadora que meritocrática, na medida em que ela favorecia, com mérito igual, as famílias mais próximas do Estado e do ensino, contribuiu também para só abrir o ensino a segmentos muito particulares da classe média (filhos de funcionários e de docentes, principalmente).²⁷

Após esse longo patamar da primeira metade do século XIX, Antoine Prost teve o grande mérito de estudar o processo de democratização na região de Orleans dos anos 50 aos anos 60, combinando as fontes e os métodos do historiador e do sociólogo, a monografia aprofundada e a estatística global, a preocupação com o concreto e a intenção modeladora. Seu trabalho exemplar não conheceu, infelizmente, muitos imitadores, pelo menos entre os historiadores. Foi, entretanto, um dos setores estratégicos de renovação da história do ensino secundário.²⁸ Mas, como o demonstra seu estudo, toda uma parte da informação contida nos arquivos recentes de liceus e colégios sofreu danos, tendo as mudanças de estrutura e de implantação dos estabelecimentos causado perdas sensíveis para os arquivos de tipo sociológico, presentes nos documentos dessas instituições (fichários de alunos, processo dos docentes e da administração). Outras pistas ainda pouco exploradas estão em processo de desenvolvimento, nos domínios de uma história social de ensino técnico e nas formas não-escolares de educação.²⁹

MSH, Universidade de Lille III, 1979, 240 p. não numeradas; Patrick Harrigan, *Mobilidade, Elites e educação na sociedade francesa do Segundo Império*, Waterloo (Ontario), Wilfried Laurier U.P., 1980, XVI - 203 p.; J.-P. Chaline, *Uma elite urbana no século XIX : os burgueses da Rouen*, Paris, Editora da FNSP, 1982, 511 p.

²⁷ Claude Lelièvre, Bolsas, meritocracia e política (s) escolares no Somme (1850-1914), *Revista francesa de sociologia*, XXVI, n.º 3, 1985, pág. 409-429.

²⁸ *O ensino secundário foi democratizado ?*, Paris, PUF 1986, 206 p., 2ª. ed., 1992.

²⁹ Ver Charles R. Day, *As Escolas de artes e ofícios. O ensino técnico na França nos séculos XIX e XX*, Paris Belin, 1991, 432 p. (edição americana, 1987); Thérèse Charmasson, Anne-Marie Lelorrain, Yannick Ripa, *O ensino técnico da Revolução a nossos dias. Textos oficiais com introdução, notas e anexos*, tomo 1 da Revolução a 1926, Paris, Economica, INRP, 1986, 783 p.; Th Charmasson (dir.), *O ensino agrícola e veterinário da Revolução à liberação*, Paris, INRP, Publicações da Sorbonne, 1992, CXLV - 745 p.; Eric

III O Ensino Superior

A abordagem sociológica

Esse setor é o mais recentemente desenvolvido na perspectiva moderna da história da educação, e dos mais dinâmicos, pelo próprio fato desse retardamento. O despertar do interesse pelo ensino superior está ligado ao contexto da expansão dos anos 60 e a explosão de maio de 1968. Foi porque os sociólogos desempenharam um papel pioneiro no estudo das populações e da cultura estudantis. Tratava-se, ao mesmo tempo, de compreender o papel do ensino superior no processo de reprodução da classe dominante, depois de avaliar as origens e os efeitos da crise universitária.³⁰ Os primeiros trabalhos de história social da universidade provêm de um pesquisador ligado à equipe de P. Bourdieu, Victor Karady, ou, por outro lado, de trabalhos monográficos anglo-saxões, fascinados pelas especialidades universitárias francesas. Victor Karady partiu de uma interrogação sobre a evolução disciplinar das faculdades de letras no quadro de um estudo da institucionalização da sociologia. Para essa finalidade, ele constituiu um enorme fichário prosopográfico dos normalistas, dos professores efetivos e dos doutores dos anos de 1860 aos anos 1920 nas disciplinas literárias e, mais parcialmente, científicas. Na falta de meios informáticos adequados, ele, infelizmente, só o explorou de maneira incompleta, através dos artigos de que restam referências, ou em sínteses parciais que lhe haviam encomendado.³¹ Essa banco de dados serviu igualmente a diversos outros pesquisadores no quadro de estudos mais atualizados sobre tal ou tal disciplina ou tal ou tal grupo de docentes.³² Victor Karady empenhou-se em mostrar a força da tradição letrada no ensino secundário e superior de elite e seu papel de entrave em face das

Mension-Rigau, *A infância no castelo*, a educação familiar das elites francesas no século XX, Paris, Rivages, 1990, XX – 320 p., baseado em uma documentação particular e uma investigação oral.

³⁰ Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *Os herdeiros, os estudantes e a cultura*, Paris, Minuit, 1964, n. ed., 1985, 183 p.; P. Bourdieu e J.-C. Passeron, *A reprodução*, Paris, Minuit, 1971, 285 p.; P. Bourdieu, *Homo academicus*, Paris, Minuit, 1989, 575 p. (esse livro retoma, apesar de sua data aparente, investigações dos anos 60-70 sobre as grandes escolas e as elites francesas); J.-C. Passeron faz um quadro histórico de conjunto dos anos 50 aos anos 70 em J. Verger (dir.), *História das universidades*, Toulouse, Privat, 1986, pág. 367-419.

³¹ Victor Karady, Normalistas e outros docentes na Belle Époque. Nota sobre a origem social e o êxito numa profissão intelectual, Revista francesa de sociologia, XIII, n.º 1, 1972, pág. 35-58; Durkheim, as ciências sociais e a Universidade: balanço de um semifracasso, Revista francesa de sociologia, XVII, n.º 2, 1976, pág. 267-311; A expansão universitária e a evolução das desigualdades diante da carreira docente no começo da Terceira República, Revista francesa de sociologia, XIV, n.º 3, 1973, pág. 443-470; Pesquisas sobre a morfologia do corpo universitário literário sob a Terceira República, O Movimento Social, n.º 96, 1976, pág. 47-79; contribuição em Jacques Verger (dir.), *História das universidades na França*, Paris, Payot, 1986, pág. 261-366.

³² Uma parte da tese de Olivier Dumoulin sobre os historiadores do período *entre-duas-guerras* utilizou esse banco de dados (*Profissão historiador, um ofício em crise 1919-1939*, tese de 3.º Ciclo, EHESS, 1983)

inovações disciplinares das ciências sociais. Ele analisou, também, muito sutilmente, os desvios sociais e de posição social definitiva, segundo os percursos acadêmicos de mais ou menos prestígio. Ele prolonga, assim, mais além, as análises de Bourdieu e Passeron sobre o fenômeno dos herdeiros nesse grau de ensino e relativiza, assim, o discurso, na época ainda dominante, sobre a meritocracia universitária.

A abordagem anglo-saxônica

Os pesquisadores anglo-saxões, intrigados pela centralização e a dupla estrutura (faculdades/grandes escolas) do ensino superior francês, concentraram primeiramente sua atenção sobre este tipo de instituição, quer se tratasse de Terry Shinn, Robert J. Smith, Craig Zwerling, John H. Weiss, a propósito da Escola politécnica, da Escola normal superior ou da Escola central.³³ Eles foram auxiliados pela riqueza das fontes de arquivos que essas escolas deixaram : registros de matrículas, documentação dos alunos e dos docentes, arquivos administrativos, notas necrológicas, lembranças dos atores, muito mais abundantes que as das faculdades. Foram igualmente, historiadores anglo-saxões que primeiro tentaram uma análise do processo de reforma da Terceira República ou das transformações sociais, disciplinares e políticas das faculdades, não somente em Paris, mas também, e é aí que sua contribuição é a mais inovadora, na província.³⁴ George Weisz lançou o movimento com o estudo do grupo dos reformadores universitários do fim do Segundo Império, trabalho extensivo ao conjunto do processo de emergência das universidades, antes da primeira guerra mundial, num livro de que se faz sempre referência, mas que não foi, infelizmente, traduzido para o francês. Harry W. Paul, numa perspectiva de história das ciências, pesquisou as origens do complexo científico francês em relação à Alemanha, depois os fatores de nascimento e de afirmação de um poder científico na virada dos dois séculos que conduzem à autonomização crescente de pesquisa em relação às universidades, outra

³³ Terry Shinn, *Saber científico e poder social. A escola politécnica 1794-1914*, Paris, Ed. da FNSP, 1980, 263 p.; Robert J. Smith, *A Escola normal superior na Terceira República*, Albany, Ed. SUNY, 1982, VII-20 p.; John H. Weiss, *A formação do homem tecnológico. As origens sociais da educação de engenharia francesa*, Cambridge (Mass.) Ed. MIT, 1982, XVIII - 377 p.; Craig S. Zwerling, *A emergência da Escola normal superior como um centro de educação científica na França do século XIX*, Nova York, Londres, Garland, 1990, IV - 362 p.

³⁴ John E. Craig, *Erudição e construção nacional. As universidades de Estrasburgo e Sociedade Alsaciana, 1870-1939*, Chicago, Londres, Ed. da Universidade de Chicago, 1984, 516 p.; Mary-Jo Nye, *Ciência nas províncias, comunidades científicas e liderança provinciana na França, 1860-1930*, Berkeley, Ed. da Universidade da Califórnia, 1986, X - 328p.; John M. Burney, *Toulouse e sua universidade. Faculdades e estudantes na França provinciana do século 19*, Toulouse, Ed. universitária de Mirail, Paris, Edições do CNRS, 1988, 331 p.

particularidade francesa.³⁵ Um outro historiador das ciências, inglês desta vez, Robert Fox, aprofundou, em trabalhos pessoais ou coletivos, esta questão do declínio da ciência francesa, em pleno século XIX, em relação aos bloqueios institucionais das faculdades e das grandes escolas.

Contra a visão simplista que opõe um começo do século XIX uniformemente brilhante e um meio do século decadente em relação à Alemanha, ele atrai a atenção sobre o dinamismo das pesquisas fora da universidade (nas sociedades de sábios, nas academias) e sobre a existência de pioneiros que, apesar da oposição geral, prepararam o renascimento do fim do século em favor das transformações gerais das universidades.³⁶

A micro-história social francesa

Os trabalhos dos historiadores franceses, realizados um pouco mais tarde nesse campo de estudo, retomaram essas questões, mas as renovaram também por métodos mais sistemáticos, baseados nas contribuições da história social pura e nas problemáticas da história cultural da qual a França tornou-se uma especialista, há muito tempo. A história das ciências (da natureza, essencialmente) foi reinserida numa história geral das disciplinas (letras, ciências, medicina, direito, ciências sociais). A história institucional em uma história social das elites e do Estado.³⁷ Os debates intelectuais têm sido esclarecidos pelos debates mais globais que inquietam a cultura e as elites francesas. Pode-se, assim, encontrar fragmentos de história social e cultural do ensino em trabalhos que não lhe são *a priori* consagrados. Eu me refiro aqui por exemplo, à monumental tese de doutorado sobre os médicos do Oeste do lastimado Jacques Léonard, da qual toda uma parte é consagrada à história da formação médica, à evolução das faculdades de medicina, notadamente na província, às relações entre o poder médico e o poder político e entre ciência e religião.³⁸ Do mesmo modo, a tese de doutorado ainda inédita, mas cuja publicação está prevista, de Lucette

³⁵ George Weisz, *A emergência das universidades modernas na França, 1863-1914*, Princeton, Princeton U.P., 1983, 397 p.; Harry W. Paul, *O aprendiz de feiticeiro. A imagem do cientista francês na ciência alemã, 1840-1919*, Universidade da Florida. Monografia de ciências sociais n.º 44, Gainesville, 1972, VIII - 86 p.; do mesmo, *Da sabedoria ao poder, o surgimento do império da ciência na França (1860-1939)*, Cambridge, Cambridge U.P., 1987, X - 415 p.

³⁶ Robert Fox e George Weisz (ed.), *A organização da ciência e da tecnologia na França (1808-1914)*, Paris, Ed. da MSH, Cambridge, Cambridge U.P., 1980, X - 355 p.; do mesmo autor, *Ciência, a universidade e o Estado na França do século XIX*, em Gerald L. Geison (ed.), *As profissões e o Estado francês 1700-1900*, Filadélfia, Ed. da Universidade de Pennsylvania, 1984, pág. 66-145.

³⁷ Nicole e Jean Dhombres, *Nascimento de um novo poder, ciências e sábios na França, 1793-1824*, Paris, Payot, 1989, 943 p.; Terry Shinn, *O sistema de faculdade de ciências francês: 1808-1914*, *Mudança institucional e potencial de pesquisa nas ciências físicas e matemáticas*, *Estudos históricos nas ciências físicas*, 10, 1979, pág. 271-332.

³⁸ Jacques Léonard, *Os médicos do Oeste no século XIX*, Lille, Publicações da Universidade de Lille III, 1978, 3 vol.

Levan-Lemesle³⁹, é, ao mesmo tempo, uma história de liberalismo econômico, uma história das elites que aí se reconhecem, e uma história da institucionalização de uma nova disciplina nas faculdades de direito e nos grandes estabelecimentos ou escolas especiais (Conservatório nacional das artes e ofícios, Colégio da França, Escola das pontes e estradas, Ciências Políticas).

Diferentemente do que se constata para os ensinos primário ou secundário, os trabalhos privilegiaram as instituições, os ensinos e os docentes, mas pouco analisaram a população de estudantes, colocando à parte os alunos das grandes escolas.⁴⁰ Isso se deve às lacunas das fontes, bem melhores sobre os dois primeiros aspectos que sobre o terceiro. Vê-se, nos raros estudos disponíveis sobre os estudantes, os de John Burney e de Jean-Claude Caron.⁴¹ Esses historiadores não dispuseram, como os da Alemanha e da Inglaterra, dos registros de matrículas detalhados, que permitissem fazer uma verdadeira sociologia da população de estudantes para determinar quais eram o recrutamento e as funções sociais das faculdades.⁴² Só se pode fazer uma idéia indireta a partir das grandes escolas, evidentemente mais elitistas, ou de estudos de profissões que servem de perspectivas de carreira nas diversas etapas de ensino superior: professores para as faculdades de letras, advogados e magistrados para as faculdades de direito, médicos para a medicina.⁴³ Assim, J.-C. Caron só encontrou em Paris, na primeira metade do século, estatísticas sobre as

³⁹ Lucette Levan-Lemesle, *O ensino da economia política na França no século XIX*, tese de doutorado, Universidade de Paris – I, 1994, a ser publicado, 4 vol.

⁴⁰ Bruno Belhoste et al. (dir.), *A formação politécnica*, Paris, Dunod, 1994, X – 470 p.; Bruno Belhoste, Amy Dahan e Dominique Pestre (ed.) *A França dos X. Dois séculos de história*. Paris, Economica, 1995, 398 p.; Jean-François Sirinelli, (dir.) *O livro do bicentenário da Escola normal superior*, Paris, PUF, 1994, XIV – 456 p.

⁴¹ Jean-Claude Caron, *Gerações românticas 1814-1851, os estudantes de Paris e o bairro latino*, Paris, A. Colin, 1991, 435 p.

⁴² Ver sobre essa questão, os balanços comparativos de Konrad H. Jarausch (ed.), *A transformação do ensino superior, expansão, diversificação, abertura social e profissionalização na Inglaterra, Alemanha, Rússia e nos Estados Unidos*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1983, 376 p. e Laurence Stone (ed.) *A universidade na sociedade*, Londres, Princeton, Princeton U.P., 1975, 2 vol.

⁴³ Gérard Vincent, Os professores do segundo grau no começo do século XX : Ensaio sobre a mobilidade social e a mobilidade geográfica, *O Movimento social*, n.º 55, 1966, pág. 47-73; do mesmo autor, Os professores do ensino secundário na sociedade da Belle Époque, *Revista de história moderna e contemporânea*, janeiro de 1966, pág. 49-86; Jean-François Sirinelli, *Geração intelectual, aspirantes à Escola normal e normalistas de uma guerra à outra*, Paris, Fayard, 1988, 721 p.; Christophe Charle, *Meritocracia e profissão jurídica : os secretários da conferência do estágio dos advogados de Paris, um estudo das promoções 1860-70 e 1879-89*, *Paedagogica historica*, XXX, 1994, 1, pág. 303-324; do mesmo autor, *O recrutamento dos advogados parisienses (1880-1914)*, em Gilles Le Béguec (ed.), *Advogados e advocacia na França, etapa dos anos 1910-1930*, Nancy, Editora universitária de Nancy, 1994, pág. 21-34; do mesmo autor, *A burguesia de saias na França, no século XIX*, *O Movimento social*, n.º 181, outubro-dezembro de 1997, pág. 53-72; George Weisz, *As transformações da elite médica na França, Ata da pesquisa em ciências sociais*, 74, setembro de 1988, pág. 33-46; do mesmo autor, *Os mandarins médicos, a Academia parisiense de Medicina no século XIX e no começo do século XX*, Oxford, Oxford U.P. 1995, XVIII – 306.

origens sociais dos alunos de farmácia, grupo minoritário e atípico. Para o resto, ele deve confiar em uma documentação biográfica ou autobiográfica, com critérios de seleção aleatórios.

A abordagem prosopográfica

A renovação de nossa visão das universidades veio, portanto, essencialmente, de prosopografias docentes e de história das disciplinas, antigas ou novas. Graças a dicionários biográficos ou a análises racionais de amostras de elites universitárias, é possível construir agora um quadro do conjunto dos professores das diversas espécies de faculdade, situá-los social e intelectualmente, relacionar seus papéis profissional, político, ideológico, comparar os espaços disciplinares e a elite universitária às outras elites em diversas épocas.⁴⁴ Essas biografias coletivas não são, contudo, redutíveis a uma simples sociologia, dadas as múltiplas funções desempenhadas pelos universitários nessa época das universidades ainda elitistas. Em certos casos, pode-se também compreender os riscos das lutas internas nas disciplinas, as hierarquias mais sutis entre elas, as capacidades de abertura aos *outsiders* (concorrentes desconhecidos) e às mulheres, a imagem do seu papel que faziam os diversos tipos de professores. Pode-se, também, analisar certos grupos como vanguardas tentando agitar a comunidade universitária e resgatar mesmo um modelo geral da inovação exitosa ou mal sucedida.⁴⁵ Volta-se, assim, ao ponto de partida que lançou as novas pesquisas, a da exploração das crises universitárias. Como tentei demonstrar

⁴⁴ Philippe Besnard (dir.), *Os durkheimianos*, número especial da *Revista francesa de sociologia*, XX, n.º 1, janeiro de 1979; Ph Besnard (dir.), *Sociologias francesas na virada do século*, número especial da *Revista francesa de sociologia*, XXI, n.º 3, julho de 1981; Dº (dir.), *O domínio sociológico : a escola durkheimiana e a fusão da sociologia francesa*, Cambridge, Cambridge U.P., 1982; Dº (dir.), *A sociologia francesa no período entre-duas-guerras*, número especial da *Revista francesa de sociologia*, XXVI, n.º 2, março de 1985; Dº (dir.), *Reconstruções da sociologia francesa*, número especial da *Revista francesa de sociologia*, XXXII, n.º 3, julho de 1991; Guy Caplat (dir.), *Os inspetores gerais da Instrução pública. Dicionário biográfico 1802-1914*, Paris, Ed. do CNRS - INRP, 1986, 702 p.; do mesmo autor, *A Inspeção geral da instrução pública no século XX. Dicionário biográfico dos inspetores gerais e dos inspetores da Academia de Paris, 1914-1939*, Paris, Economica - INRP, 1998, 684 p.; Christophe Charle (ed.) com R. Ferré, *O pessoal do ensino superior na França nos séculos XIX e XX*, Paris, Ed. do CNRS, 1985, 283 p.; do mesmo autor, *Os professores da faculdade de letras de Paris, dicionário biográfico*, volume 1 (1809-1908), Paris, Edições do CNRS - INRP, 1985, 182 p.; Dº, *Os professores da faculdade de letras de Paris, dicionário biográfico*, volume 2 (1909-1939), Paris, Edições do CNRS - INRP, 1986, 218 p., *Os professores do Colégio de França, dicionário biográfico (1901-1939)*, Paris, Edições do CNRS - INRP, 1988 (em colaboração com Eva Telkes), 248p.; *Os professores da faculdade de ciência de Paris, dicionário biográfico (1901-1939)*, Paris, Edições do CNRS - INRP, 1989 (em colaboração com Eva Telkes), 272 p.; Michel Espagne, *O paradigma do estrangeiro, as cátedras de literatura estrangeira no século XIX*, Paris, Cerf, 1993, 379 p.; Claude Fontanon e André Grelon (dir.), *Os professores do Conservatório nacional das Artes e Ofícios 1794-1955*, Paris, CNAM - INRP, 1994, 752 e 687 p. 2 volumes; Françoise Huguet, *Os professores da faculdade de medicina de Paris, dicionário biográfico (1794-1939)*, Paris, Ed. do CNRS, 1992, XV-753 p.; Dominique Pestre, *Física e físicos na França, 1918-1940*, Montreux, Paris, Ed. dos arquivos contemporâneos, 1985, 356 p.

⁴⁵ Jean-François Picard, *A República dos sábios, a pesquisa francesa e o CNRS*, Paris, Flammarion, 1990, 339 p.

lo com mais detalhes, anteriormente⁴⁶, a gravidade das crises universitárias francesas não resulta somente de causas externas gerais (centralização do Estado e modelo autoritário de poder) ou internos globais ("mandarinato"), mas da ausência de um consenso mínimo sobre o papel das universidades e sobre a função do universitário na falta de um processo comum de formação e de seleção transversal nos diversos tipos de faculdade e de estabelecimento.

Essa ausência de consenso aparece na obrigação que sentem os reformadores de referir-se a um modelo de substituição fornecido há pouco tempo pela Alemanha, mais recentemente pela América, sem que se interrogue realmente sobre a compatibilidade dessas inovações com as estruturas herdadas. Desunidas entre elas por múltiplas divisões, as comunidades universitárias são, portanto, obrigadas a buscar árbitros externos (política, administração) ou a inventar novos espaços protegidos quando a velha guarda recusa a inovação.

⁴⁶ C. Charle, *A República dos universitários (1870-1940)*, Paris, Le Seuil, 1994, 521 p.